

# MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*

Nº 61  
Agosto – 2005

## S U M Á R I O

### 2 | *Política Externa no Senado: fortalecimento ou risco?*

Rodrigo Cintra

### 4 | *A Atual Abertura Comercial Brasileira no contexto da Integração Regional*

Rodrigo Alves Correia

### 6 | *As relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica: problemas das rel. bilaterais na fase contemporânea*

Paulo Roberto de Almeida

### 8 | *China – Projeto Nacional e Integração na Ásia Oriental*

Paulo Antônio Pereira Pinto

### 12 | *O lugar do Brasil na reforma do Conselho de Segurança da ONU*

Carlos Ribeiro Santana

### 14 | *Nossa política externa na contracorrente?*

Hugo Arend

## RESENHA

### 16 | *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento*

Paulo Roberto de Almeida

## Política Externa no Senado: fortalecimento ou risco?

Rodrigo Cintra\*

Discutir política externa no Brasil sempre foi uma exclusividade de diplomatas e acadêmicos. A quase totalidade da população brasileira não se interessa por temas internacionais a não ser que estes sejam visualmente impactantes, como guerras e desastres. Os políticos brasileiros, por sua vez, também guardam pouco interesse nestas questões, resultando num baixo interesse por participação nos canais disponibilizados para participação do poder Legislativo na formulação da política externa brasileira, como é o caso da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

Ao mesmo tempo, vem se fortalecendo em setores governamentais, acadêmicos e até mesmo da mídia a idéia de que a política externa deve ser mais democrática e, portanto, deve estar mais aberta à participação de outros atores que não os diplomatas no processo de concepção da política externa, deixando a estes apenas a exclusividade na implementação, ainda que com limites, e na condução.

Na esteira desse processo o Itamaraty vem dando certa ênfase nas audiências e participações de empresários em delegações e outras ações que desenvolve em algumas de suas negociações. Neste sentido, destaca-se a manutenção da publicação Carta de Genebra, editada pela embaixada brasileira em Genebra e que procura manter informados aqueles que buscam saber o que ocorre no âmbito das negociações brasileiras na OMC.

Essa tentativa de abertura deve receber o apoio necessário na medida em que estimula a mobilização dos atores brasileiros junto ao governo, mais especificamente junto ao Itamaraty, por determinadas posições. Um dado importante desta mudança – que ainda tem muito a se desenvolver para se consolidar – é o destaque que a capacidade de pressão que os

grupos exercerão sobre o governo estará cada vez mais diretamente ligada à capacidade de articulação, inclusive e sobretudo, setorial.

As barganhas cruzadas atualmente levadas a cabo pela diplomacia brasileira passarão a responder não só aos interesses estratégicos e de longo prazo do Estado brasileiro, mas sobretudo aos interesses do governo brasileiro e dos setores mais organizados da sociedade civil. Se isso pode representar um risco para a sustentabilidade de grandes movimentos diplomáticos, o que não tem sido confirmado no caso de outros países que adotam padrão semelhante, por outro pode significar uma pressão/estímulo para que a sociedade civil brasileira passe a se ocupar dos temas internacionais com uma atenção mais profissional.

Assim sendo, surge o debate de como fazer a transição entre estes dois momentos. Os argumentos para essa modificação são vários e vão desde os mais ideológicos como a necessidade de participação do povo nos negócios governamentais, aos mais pragmáticos, ligados à busca por fortalecimento da posição brasileira em negociações comerciais, notadamente nas comerciais. Ao mesmo tempo, busca-se em países como os Estados Unidos e a França o modelo ou inspiração para a versão brasileira.

Entre os que estão mais avançados, surge uma proposta há tempos tramitando no Congresso brasileiro sobre a transferência de parte do poder de concepção da política externa para o Congresso, notadamente para o Senado Federal. A idéia básica, inspirada no modelo norte-americano, é que em negociações comerciais internacionais caberia ao Senado aprovar os limites negociadores, que seriam depois exercitados pelos diplomatas. Como no caso do *fast track* (para Clinton) e do *Trade Promotion*

\* Diretor da Focus R. I. – Assessoria & Consultoria em Relações Internacionais e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (ulhoacindra@gmail.com)

*Authirity* (para Bush), o Senado indica os limites negociadores e, em contrapartida, se limita a aceitar ou negar na totalidade o que foi negociado, o que daria um poder negociador maior para os diplomatas.

A idéia *per se* é bastante interessante e encontra boas linhas argumentativas a seu favor. No entanto, a transposição rápida e não-adaptada de idéias e instituições de outras realidades para a nossa pode significar não só um não-funcionamento segundo os padrões previstos como também, e aqui está o maior perigo, uma ameaça às boas práticas que já são adotadas.

Sabendo do baixo interesse que os políticos brasileiros têm com temas internacionais e, portanto, de sua concomitante baixa disposição para mobilização nesses temas – sobretudo quando estes estiverem em rota de colisão com temas domésticos – corre-se o risco de o Senado trazer a si as responsabilidades da concepção da política externa sem apresentar o real interesse de mobilização em torno desta problemática.

Além desse risco, a captação de uma parte importante do processo de formulação da política externa por parte do poder Legislativo pode servir como moeda de troca com o poder Executivo, que tem cada vez mais na política externa um importante elemento de governo.

Numa discussão no começo do mês no Senado sobre a Medida Provisória 241/05, que abre um crédito extraordinário de R\$ 300 milhões para, entre outros,

o custeio das tropas brasileiras no Haiti (R\$ 85,5 milhões) e oferecer ajuda financeira para os países afetados pelo Tsunami no ano passado (R\$ 5 milhões), a posição adotada pelos opositoristas era de obstrução da votação já que consideravam incoerente o governo oferecer ajuda externa e não socorrer vítimas de enchentes no Nordeste ou de seca no Sul.

A votação só foi adiante e a MP aprovada quando o líder do governo, senador Aloizio Mercadante e o ministro da Fazenda Antonio Palocci disseram que o governo liberaria recursos para estados afetados.

Não bastando esse tratamento descontextualizado e perigoso dado às questões internacionais envolvidas, a negociação de interesses ultrapassou, em muito, qualquer discussão real sobre as ações internacionais do governo brasileiro. Segundo o senador e líder do PFL José Agripino, o ministro da Fazenda também se comprometeu, no bojo desta negociação, a liberar verbas para as obras do metrô de Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Recife.

Diante das práticas políticas adotadas no Congresso brasileiro, trazer a responsabilidade pela concepção da política externa para o Senado Federal pode significar mais do que a paralisia temporal de algumas políticas brasileiras, pode significar a incorporação da política externa brasileira ao mercado político imediatista que tem marcado nossa realidade republicana.



## A Atual Abertura Comercial Brasileira no contexto da Integração Regional

Rodrigo Alves Correia\*

Segundo Ministro das relações Exteriores, Celso Amorim, a linha de atuação do presidente Lula para a política externa brasileira prevê um esforço interno de aumento da competitividade dos produtos brasileiros e a diversificação da pauta de exportações, deixando claro que o país não pode deixar de pressionar as principais potências econômicas por regras mais justas, respeitando o direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento. Na mesma medida em que o país desistiu, no início dos anos noventa de manter uma política protecionista, passa a atuar de forma cada vez mais contundente na defesa da liberalização e no patrulhamento da atitude de seus parceiros comerciais, buscando não ter seus próprios interesses prejudicados por atitudes protecionistas de governos estrangeiros. A luta pelo desenvolvimento econômico e social passa, portanto, a estar cada vez mais vinculada ao mercado globalizado. Ainda segundo Amorim, o governo Lula tem procurado reforçar os laços econômicos e de amizade no Mercosul (Mercado Comum do Sul, processo de integração Regional envolvendo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai), promovendo a integração da América do Sul e explorando novas parcerias comerciais -sobretudo com os grandes países em desenvolvimento.

Historicamente o Brasil tem adotado uma política de defesa dos interesses “nacionais” das empresas instaladas em nosso território baseadas no protecionismo tarifário, sem a contrapartida de políticas de incremento de produtividade. A ausência de políticas públicas eficientes de justiça social, e a incapacidade governamental de fazer com que fosse estabelecida no país a racionalização no aproveitamento dos recursos econômicos – seja no sentido de reduzir

desperdícios no sistema produtivo e de distribuição de mercadorias, seja na distribuição racional dos benefícios do progresso econômico – levam a que apesar do viés econômico da política externa, pouco se tenha conseguido avançar nesta área durante muito tempo, justamente devido à incapacidade de se conseguir uma coordenação minimamente coerente de política comercial e industrial voltada para o aumento de competitividade. A dificuldade de coordenação na ação governamental não permitiu que processos de integração regional pudessem ter se desenvolvido “de cima para baixo”, como foi pretendido pelos governos autoritários que buscaram promovê-los. As características centralizadoras presentes nos estados latino-americanos, que tanto contribuíram para o célere desenvolvimento do Mercosul (Mercado Comum do Sul – processo de integração que envolve Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) não obtiveram anteriormente o mesmo efeito, de modo que *per si*, elas não explicam seu desenvolvimento.

O nacionalismo econômico agia como uma grande trava para o entrelaçamento entre estes países. Tal isolamento baseado no impedimento da entrada de produtos importados e no cerceamento da entrada de investimentos externos reduziu – ou não permitiu que passasse a existir – a competitividade dos vários setores econômicos desses países, constituindo mais um elemento a dificultar o surgimento e a reduzir o interesse dos empresários e agricultores no processo de integração regional, mesmo que este fosse apenas uma empreitada localizada. É importante notar, no entanto, que medidas protecionista não necessariamente conduziram a este tipo de resultado. Os países chamados tigres asiáticos, mantiveram durante

\* Cientista Político, Mestrando Em Ciências Sociais e ex-professor conferencista da UNESP Universidade Estadual de São Paulo, Campus de Marília. Pesquisador da temática de Integração Regional no Mercosul (alcartur@pop.com.br).

muitos anos políticas protecionistas que visavam proteger e incentivar a indústria nacional e permitiram que seu parque industrial se desenvolvesse, atingindo altíssimos índices de produtividade e de qualidade, além de dota-las da capacidade de produzir inúmeras inovações tecnológicas, a ponto de fazê-las concorrer com as principais potências econômicas do globo. A Coréia do Sul é um caso exemplar.

A despeito de seu viés eminentemente economicista, a força motriz do Mercosul é política. Isso significa que a América do Sul é a prioridade da política externa brasileira, e o objetivo da integração econômica e da cooperação política e social deveria levar a uma atitude brasileira que reconhecesse as assimetrias e procure equacioná-las de forma generosa. Ao menos este é o teor do Discurso Proferido pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores, por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores em 09/01/2003 em Brasília.

O equacionamento das assimetrias de forma “generosa” como propôs o embaixador, só pode ser possível a partir de uma tomada de posição que

privilegie não apenas os resultados econômicos da integração, mas também – e talvez, principalmente – seus dividendos políticos no cenário mundial. Este é mais um paradoxo neste processo tão complexo: a política externa do país privilegia as questões econômicas, entretanto, ela é vista não como um fim em si mesma, mas como uma forma de se obter outros resultados; desta forma, constituiu-se um processo de integração regional baseado no liberalismo econômico com o objetivo de se atingir dividendos políticos como meta principal. Tais dividendos políticos se refletiriam numa posição de liderança do Brasil na América Latina e numa participação mais ativa no cenário mundial, na condição de potência regional. Este objetivo não vem se traduzindo em conquistas reais de forma tranqüila, na medida em que o surgimento de uma classe empresarial disposta a apostar suas fichas no Mercosul gerou também interesses próprios de um grupo de pessoas que não têm a intenção de fazer concessões do porte pretendido pelo poder público.

O fato é que abertura comercial por si só de nada serve para desenvolver um país.



## **Como publicar Artigos em Meridiano 47**

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para [meridiano47@gmail.com](mailto:meridiano47@gmail.com) indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

## As relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica: problemas das relações bilaterais na fase contemporânea

Paulo Roberto de Almeida\*

A manutenção de boas relações do Brasil com os EUA não impede a existência de conflitos tópicos entre os dois países, geralmente a respeito de questões comerciais (protecionismo no acesso de determinados produtos brasileiros ao mercado americano, como aço ou suco de laranja, diferenças de opinião no que se refere a patentes industriais, acusações de pirataria ou de reservas de mercado, como no caso da informática) ou então em função de problemas mais gerais da agenda multilateral (desarmamento, não proliferação, reforma de instituições do sistema da ONU, negociações comerciais multilaterais ou regionais etc.). Depois de recusar-se, durante quase trinta anos, a aderir ao tratado de não-proliferação nuclear (TNP, de 1968), por ele considerado como discriminatório e desequilibrado, o Brasil realiza, em 1996, essa mudança paradigmática em sua política externa e nuclear, o que elimina determinadas preocupações dos EUA em relação ao regime de controle de tecnologia de mísseis (foro informal ao qual o Brasil é aceito como membro logo depois).

No final da década de 1990, em grande medida graças ao exercício da diplomacia presidencial, o relacionamento com os EUA se torna mais maduro e isento de preconceitos ideológicos e de ilusões quanto a qualquer tipo de “relação especial”. Mencione-se, por exemplo, a questão nem sempre bem colocada da “opção” entre uma “política externa tradicional” – por definição “alinhada” – e uma “política externa independente”, problema dramatizado por anos de enfrentamento bipolar no cenário geopolítico global. Superado, contudo, o invólucro “ideológico” da postura externa do País nesse período, e mesmo os

diversos “rótulos” com os quais se procurou classificar a diplomacia da era “militar”, assume importância primordial, atualmente, a questão do desenvolvimento econômico, verdadeiro *leit motiv* da diplomacia brasileira contemporânea. O Mercosul e a formação de um espaço econômico integrado na América do Sul são vistos, na agenda diplomática do início do século XXI, como alavancas do processo de desenvolvimento brasileiro, que poderia vir a ser perturbado pelo projeto de uma área de livre comércio hemisférica, a Alca, patrocinada pelos Estados Unidos em moldes similares aos da primeira tentativa efetuada na conferência americana de 1889-90.

Em 2001, no imediato seguimento dos atentados terroristas contra os Estados Unidos, quando não se tinha ainda concebido uma estratégia integrada de resposta a esses bárbaros ataques, o governo brasileiro tomou a iniciativa de coordenar um movimento de solidariedade continental para com os Estados Unidos, chegando inclusive a mobilizar o que muitos consideraram um “vetusto” instrumento da Guerra Fria, o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947), como forma de demonstrar o compromisso comum dos países americanos com o repúdio aos atos terroristas e em favor da adoção de medidas conjuntas para prevenir e evitar esse tipo de ação inaceitável no contexto do mundo civilizado.

Não obstante essa demonstração de solidariedade, o Brasil também considerou que a eliminação efetiva das ameaças terroristas no mundo moderno passa por um comprometimento sério com os possíveis focos de instabilidade política e econômica em diversos cantos do planeta, sobretudo aqueles que se manifestam

\* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais (pralmeida@mac.com). As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

a partir de sérios desequilíbrios sociais ou regionais, de situações de grave privação dos mais elementares direitos humanos e de condições mínimas de existência digna, em oposição a uma abordagem puramente militar das questões de segurança e estabilidade.

Paulo Roberto de Almeida  
Sociólogo, diplomata.

[pralmeida@mac.com](mailto:pralmeida@mac.com) [www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org)

Nota: O presente texto apresenta argumentos e opiniões pessoais do autor e não tem qualquer pretensão de refletir ou representar posições oficiais do Governo brasileiro, nem expressar ou defender políticas ou declarações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no que se refere às relações bilaterais com os Estados Unidos.



## O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

# China – Projeto Nacional e Integração na Ásia Oriental

Paulo Antônio Pereira Pinto\*

A China faz parte do noticiário de todos os dias, refletindo expectativa generalizada de que se trata de potência emergente, destinada a projetar seu “milagre econômico” ao resto do planeta, já na próxima década.

Esta crescente inserção internacional chinesa oferece desafios e oportunidades para vários países, inclusive o Brasil. O fortalecimento da interlocução com aquele país, no entanto, dependeria de melhor conhecimento das linhas gerais de um projeto chinês de nação, para o milênio que se inicia.

Conforme mencionado na coluna anterior, a premissa básica deste exercício de reflexão é a de que existiria, no início do século XXI, condições para a materialização de um “sonho” chinês de unidade, independência e prosperidade. Esse projeto nacional estava claramente presente na afirmação de Mao Zedong, quando, em 1949, anunciou que “o povo chinês levantou-se”.

Em termos práticos, desde o início da década de 1980, com o começo do processo de modernização chinês, a liderança em Pequim tem procurado a construção de sucessivos “building blocks”, a partir da integração do próprio sistema econômico da China, que levaria – segundo a tese defendida pelo autor, neste espaço concedido pela RelNet – a moldura política regional com forte influência do ordenamento histórico em que, durante séculos, parte da área hoje situada entre Myanmar e Vietnã esteve inserida em grande arco de Estados vinculados ao Império Chinês.

Na primeira etapa dessa construção de blocos, logo após o desaparecimento de Mao Zedong, integrou-se o próprio sistema econômico chinês. Em

seguida, foi permitida a abertura de cidades costeiras ao comércio internacional, com a criação das Áreas Econômicas Especiais, onde foram permitidas práticas de economia de mercado dentro de um sistema centralmente planejado mais amplo. Os blocos seguintes foram surgindo ao longo do rio Yantze, até chegar a Xangai, onde se situaria a “cabeça do dragão”.

Gradativamente, houve a consolidação de Hong Kong e Macau no sistema produtivo da RPC. A crescente integração econômica – e futuramente política – com Taiwan será o passo seguinte. A expansão da fronteira econômica chinesa em direção ao Sudeste Asiático será a fase posterior, que está sendo facilitada pela existência, ao Sul da China, de uma rede de indivíduos com origem étnica comum, chamados “chineses de ultramar”, que têm como referência uma mesma identidade cultural.

Assim, gradativamente, chegar-se-ia a uma futura congruência entre a área de influência tradicional da cultura chinesa e uma nova fronteira econômica da RPC.

Este último desenvolvimento ocorreria através de um fenômeno de “cross fertilization”, caracterizado por intercâmbio de referenciais de valores, entre aquela área considerada historicamente como situada na periferia do antigo Império Chinês e a RPC.

O conjunto de transformações em curso ocorre de forma a sugerir, mesmo, a emergência de um novo paradigma regional. Isto porque, por um lado, conforme analisado na coluna anterior, a existência de uma base cultural chinesa serviria de plataforma de sustentação para um processo de cooperação com o Sudeste Asiático.

\* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan (papinto@ms23.hinet.net). As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.



Por outro, haveria os tipos de contribuições seguintes:

– os países bem sucedidos como a “vitrine do Capitalismo no Sudeste Asiático” – a exemplo de Cingapura – indicariam os rumos para o aperfeiçoamento da “economia socialista de mercado”, com características chinesas, ora buscada pelo programa de modernização da RPC;

– a persistência do Vietnã em manter seu sistema central de planejamento, ao mesmo tempo em que adota “práticas de economia de mercado”, reforça a proposta chinesa de preservar a vertente “socialista” entre as medidas que estão sendo testadas, no programa de modernização da República Popular da China; e

– o esforço de composição constante, no sentido da manutenção da harmonia e convivência pacífica entre a população de origem chinesa e os de fé islâmica, na Malásia e Indonésia, serve como inspiração para exercício semelhante a ser promovido na região central da RPC, principalmente na província de Xinjiang, onde há expressivo contingente de muçulmanos, bem como a necessidade de relacionar-se com novas Repúblicas, como a do Tadjiquistão, onde predomina a mesma religião.

A tese de que estaria em curso tal desenvolvimento, como já foi dito, considera que, quando se fala em influência político-cultural chinesa, tem-se em conta os efeitos dessa herança histórica na ação das sociedades civis, como facilitador do processo da cooperação entre a China e o Sudeste Asiático.

Não estão sendo consideradas, portanto, iniciativas de “políticas de Estado”. Isto porque, tanto na China, quanto no Sudeste Asiático, o conceito de Estado evoluiu em diferentes estágios, sempre a partir da perspectiva de que o centro de tudo era a figura do dirigente local, desvinculada de um espaço geográfico definido. A concepção chinesa, ademais, sempre atribuiu importância fundamental aos laços sanguíneos, como marco de referência para a soberania do Imperador. As fronteiras eram definidas em termos de população, sem levar em conta limites territoriais.

A importância da reflexão sobre o tema deve-se à influência que a emergência de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções – como o representado pela China e o Sudeste Asiático – exercerá no ritmo de integração e cooperação na Ásia-Pacífico, um dos laboratórios de modernidade do planeta.

Ademais, existe a possibilidade de que laços culturais possam vir a ser fator determinante na expansão de fronteira econômica na área em questão, em oposição ao exercício da força como garantia de esfera hegemônica, conforme ocorrido, com frequência, em outras partes do mundo.

### *Agenda Regional Própria*

No que diz respeito à crescente integração chinesa na Ásia-Pacífico, verifica-se que, nesta parte do mundo, de acordo com a maioria das análises disponíveis, estariam em curso processos que, com base em suposto consenso regional – mas, na prática gerados em centros situados fora da área – viriam a permitir a edificação de estruturas políticas e econômicas moldadas segundo parâmetros ocidentais e que chegariam, tanto a assegurar o crescimento sustentado da área, quanto a mantê-la vinculada a normas de livre mercado e formas de governança consideradas democráticas na América do Norte e Europa.

Nota-se, no entanto, que há também dinâmica muito mais rica, que a partir de uma acelerada integração econômica, faz surgir agenda de preocupações próprias que busca solucionar questões de segurança, transformações sociais e políticas.

Nessa perspectiva, para melhor relação de empatia com esta mega região, torna-se necessário mapear tendências, novos atores e paradigmas que estão amadurecendo, na medida em que estas sociedades encaram o desafio de criar, em nível regional, um marco de referência que permita reverter os efeitos da globalização, que reorganiza o sistema político e econômico mundial, aprofundando a internacionalização da produção, impondo uma

cultura uniforme com traços ocidentais e determinando as formas de inserção das distintas regiões do planeta.

Novas modalidades de paz estão sendo criadas, por exemplo, em oposição às estruturas de confrontação existentes durante o período de bipolaridade mundial. Surgem, assim, articulações complexas, a incluir atores regionais e externos, conexões entre economias, setores financeiros e sistemas de valores.

Nesta perspectiva, o conceito regional de segurança não se resume mais a fatores como os de defesa de territórios, dissuasão militar e competição entre alianças. Como consequência, os países da área passaram a associar “segurança” com a capacidade de cada nação e da região como um todo, tanto de promover o desenvolvimento econômico, quanto de resistir à agressão externa.

Diante de tal evolução, são efetuados esforços no sentido da introdução de “confidence building measures” no Sudeste Asiático, que evitem possibilidades de conflito, bem como proporcionem canais permanentes de diálogo para a discussão intra e extra-regional sobre temas políticos, econômicos e militares.

Entre estes, registra-se a instituição de “processos de diálogo”, como o “ASEAN Regional Forum”<sup>1</sup> que tem reunido, anualmente, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dez países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático e os de seus parceiros de diálogo – EUA, UE, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coréia do Sul – e os do Rússia, China, Índia, Mongólia e Papua Nova Guiné.

A integração econômica regional, ademais, talvez não aconteça, meramente, através da réplica de normas de economia de mercado e de governança nos moldes anglo-saxões, decorrentes da expansão do “production sharing”, da livre circulação dos atores econômicos globais e da mundialização de valores de organização política vigentes no Ocidente. A alternativa a ser examinada seria a possibilidade de vir

a prevalecer o somatório de interesses compartilhados por diferentes “redes” asiáticas – formada cada uma por chineses, indianos, malaios, japoneses e outros – que, após a consolidação desse processo de “convergência de civilizações”, gradativamente, negociariam uma agenda comum com a vertente norte-americana da Bacia do Pacífico e, em seguida, com outras partes do mundo.

Nesse contexto, cumpre ressaltar o papel de força motora desempenhado pelos chineses de ultramar, espalhados pela Ásia Oriental. Graças a esses atores econômicos, criaram-se marcos de referência, incluindo valores, idéias, crenças, consolidadas através de uma história compartilhada, numa geografia determinada. Laços foram estabelecidos, assim, a partir do fato de falarem o mesmo dialeto, pertencerem à mesma família ou serem originários de um único povoado, província ou região. A relação de confiança, que tais condições conferem a transações comerciais e financeiras, nesta parte do mundo, supera a capacidade de coerção ditada por muitos diplomas legais no Ocidente.

Ocorre, assim, a emergência de uma área de interesses recíprocos e de mega proporções, que exercerá influência determinante no ritmo de integração e cooperação de uma “Grande China”, que, segundo alguns, poderá futuramente, incluir não apenas Hong Kong, Macau e Taiwan, mas também os “Overseas Chinese”, situados em países vizinhos, no Sudeste Asiático.

Existe, contudo, a possibilidade de que seja formado um grupo econômico gigantesco na Ásia Oriental, a ser constituído pelos países membros da Associação dos Países do Sudeste Asiático, mais China, Japão e Coréia do Sul – denominado ASEAN+3 – que, pela primeira vez, não contempla a vertente norte-americana daquele oceano, nem os países “brancos” da Oceania. Nota-se, a propósito, que tal estrutura econômica regional em construção, a incluir 1.7 bilhões de pessoas, com PNB estimado em US

<sup>1</sup> A Associação das Nações do Sudeste Asiático, em sua sigla inglesa ASEAN inclui Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myamar, Tailândia e Vietnam.

1.7 trilhões, implicaria na consolidação de interesses recíprocos distintos, por exemplo, dos que ora estabelecem a agenda de preocupações da APEC.<sup>2</sup>

Neste foro para a Cooperação Econômica na Ásia-Pacífico (APEC), no entendimento local, seriam discutidos, principalmente, instrumentos para replicar, nesta parte do mundo, formas de governança e de organização de mercado vigentes no Ocidente, com o objetivo de garantir a livre circulação dos principais atores econômicos mundiais.

Em contrapartida, dinâmica própria a esta parte do mundo proporcionaria o surgimento de esquemas inovadores de competição e complementariedade entre os participantes da ASEAN+3. Nessa perspectiva, mecanismos muito peculiares poderão servir de cimento para a estabilidade política e social.

Tal evolução poderia ocorrer com a busca da preservação de valores culturais, como garantia de base de sustentação, a partir do ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que

permitiriam às diferentes sociedades da área recuperarem a capacidade de perceber o meio em que vivem, como parte da proteção de suas aspirações e interesses coletivos.

Uma vez consolidado, o grupo ASEAN+3 poderia vir a constituir-se em bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções, negociado a partir do entendimento entre diferentes culturas regionais e resultando em mecanismos de cooperação capazes de provocar transformações na estrutura social dos países incluídos.

Em dezembro próximo, será testada a viabilidade de uma comunidade da Ásia Oriental, com a realização da primeira reunião de cúpula dos países membros da ASEAN com China, Coreia do Sul e Japão. Por ocasião deste “East Asia Summit”, haverá oportunidade para que seja debatida agenda comum de preocupações e vantagens resultante da interação do projeto nacional chinês com os objetivos dos demais países da Ásia Oriental.

<sup>2</sup> A APEC (Foro para a Cooperação Econômica na Ásia-Pacífico) é a associação regional de maior evidência no momento. Fundada em novembro de 1989, na Austrália, foi apresentada por seus patrocinadores como um processo em direção a um consenso na Bacia do Pacífico, com vistas à edificação de política econômica que assegurasse o crescimento sustentado da região. Na prática, reflete objetivos dos EUA no sentido de manter a economia da área vinculada à norte-americana – uma espécie de versão prévia da Iniciativa das Américas que, em 1994, propôs termos semelhantes ao continente americano.



***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI  
e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

## O lugar do Brasil na reforma do Conselho de Segurança da ONU

Carlos Ribeiro Santana\*

Órgão de maior poder decisório das Nações Unidas, o Conselho de Segurança é o responsável primário pela manutenção da paz e da segurança internacionais, sendo sua existência vital tanto para a Organização quanto para o mundo. É constituído por quinze membros, sendo cinco permanentes – Estados Unidos, Inglaterra, China, Rússia e França – e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembléia por um período de dois anos. Ao Conselho é atribuída a responsabilidade de manutenção da paz, sendo função precípua deste órgão definir e executar sanções econômicas e militares contra Estados, em casos de ameaça contra à paz, ruptura da paz ou ato de agressão.

Atualmente, fala-se muito na reforma da ONU, em contexto no qual é patente a obsolescência de sua estrutura, concebida em cenário mundial completamente diverso do atual, que reflete um arranjo entre os vencedores de um conflito terminado há quase 60 anos. Em relação ao Conselho de Segurança, as principais queixas no que tange a sua composição atual são o fato de não ser representativo – e por isso legítimo – nem equitativo. A ampliação do Conselho é desejada; o problema é que não há consenso em relação a como fazê-la. Para os Estados Unidos, deve procurar-se compartilhar o ônus da atuação do órgão com a sua ampliação. Para os países em desenvolvimento, por sua vez, a ampliação visa a dar maior representatividade e legitimidade ao órgão.

O pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas remonta à década de 1940. Durante a criação das Nações Unidas, os Estados Unidos apoiavam indiretamente a candidatura do Brasil, ao passo que Inglaterra e União Soviética eram contra por achar

que a presença do Brasil no Conselho de Segurança fortaleceria a influência dos Estados Unidos, haja vista o Brasil estar alinhado com os interesses estadunidenses naquele momento.

A aspiração do Brasil de vir a integrar um Conselho de Segurança ampliado decorre do desejo de contribuir para a formulação de ordem que atenda, de forma adequada, os interesses dos países em desenvolvimento, os quais constituem a vasta maioria dos membros das Nações Unidas. Ao dispor-se a assumir as responsabilidades inerentes à condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil demonstra esforço na busca pelo aperfeiçoamento de uma cooperação internacional efetiva. As ações do Brasil no plano internacional, em cooperação e parceria com outros países, refletem a percepção de que são claros os limites de uma visão preponderantemente militar dos processos de construção da paz e da manutenção da segurança no mundo. Por isso, o País empenha-se no combate à fome e à pobreza, bem como se compromete com reforma da ONU que vá desde a ampliação do Conselho de Segurança até a revitalização da Assembléia Geral e o fortalecimento do ECOSOC.

Junto com o Japão, o Brasil foi o país que mais participou do Conselho de Segurança, tendo sido eleito, em 2004, para sua nona atuação no órgão. Abre, tradicionalmente, a sessão ordinária anual desde a quarta sessão ordinária da Assembléia Geral. Os discursos dos representantes brasileiros, que em geral trazem uma avaliação da situação internacional como pano de fundo para anunciar a visão brasileira referente às principais questões, têm grande visibilidade. Além disso, o Brasil já participou de mais

\* Diplomata, mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (carlosribeirosantana@gmail.com). O presente artigo reflete apenas as opiniões pessoais do autor e não busca representar as posições oficiais do governo brasileiro.

de 25 missões de paz no âmbito da atuação das Nações Unidas, evidenciando o papel do País na busca pelo equacionamento de conflitos que podem representar ameaça à paz e à segurança internacionais. Nos anos 1990, participou nas missões de paz em Kosovo, Timor Leste, Moçambique, Angola, África do Sul, Uganda, Libéria, El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Chipre, Croácia, Macedônia, Bósnia-Herzegovina e Camboja. A participação brasileira envolveu tropas, observadores militares, policiais e observadores eleitorais. Atualmente, comanda, pela primeira vez, uma missão de paz: a MINUSTAH, no Haiti, a cargo do General Augusto Heleno Ribeiro Pereira. A participação nas missões de paz da ONU representa indicação do grau de responsabilidade que o País deseja assumir nos assuntos relativos à paz e à segurança.

Para o Brasil, não basta enviar operações de paz, é preciso equacionar os problemas que tornam as operações de paz necessárias. A ONU deve priorizar a prevenção dos conflitos, de modo a evitar que estes irrompam. Paz duradoura deve levar em conta problemas como: pobreza, desigualdade social e econômica, padrões inadequados ou insustentáveis de desenvolvimento. Tais problemas, quando não solucionados, podem levar à violência e ao desrespeito generalizado dos Direitos Humanos, do Direito Internacional Público, das liberdades fundamentais e ao colapso da autoridade civil e do tecido social.

Atualmente, no âmbito do chamado G-4, o Brasil compartilha com a Alemanha, a Índia e o Japão a visão de necessidade de reforma das Nações Unidas. Há apoio mútuo entre os países para a candidatura ao Conselho de Segurança. Entretanto, para a reforma ter início é necessário à aprovação de, no mínimo 2/3 dos membros da ONU, além da unanimidade entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. Enquanto os EUA defendem uma reforma pequena e rápida do Conselho de Segurança, a chamada *quick fix*, com a entrada da Alemanha e do Japão como membros permanentes, o Brasil rejeita a discriminação entre membros permanentes. Para o País, a reforma

deve adequar o Conselho de Segurança à nova realidade internacional, democratizando as Nações Unidas e reafirmando sua vocação multilateral de condução dos assuntos internacionais.

O Brasil defende o fortalecimento do multilateralismo e o papel central das Nações Unidas na agenda internacional. A reforma da Instituição dotaria o Conselho de Segurança de melhores instrumentos de ação, haja vista a maior legitimidade internacional que o órgão alcançaria. Com o Conselho de Segurança e o ECOSOC fortalecidos, a ONU teria melhores condições de buscar uma ordem econômica mais justa, evitando conflitos e empenhando maiores esforços na reconstrução nacional de “Estados falidos”.

O ingresso do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas não apenas contribui para a defesa de seus interesses e pontos de vista no exterior, mas também para o aumento de sua capacidade de solucionar problemas mediante o recurso à sinergia positiva que as discussões internacionais e nacionais poderiam ocasionar na busca de soluções para os problemas domésticos do país.

Por fim, o Brasil defende a construção de ordem internacional mais justa, democrática, tolerante e respeitosa do direito internacional. É membro fundador das Nações Unidas e mostra, ao longo da história, apoio irrestrito à Instituição, prezando, sempre, os princípios do multilateralismo, da solução pacífica de controvérsias, da cooperação para o desenvolvimento dos povos, da prevalência dos direitos humanos e do direito à autodeterminação dos povos. É membro com participação ativa em todas as agências especializadas do Sistema das Nações Unidas. Compartilha da idéia de que desenvolvimento é condição para a paz. É conhecido internacionalmente por sua vocação pacífica, pelo talento de sua diplomacia na intermediação e no encaminhamento de soluções pacíficas para conflitos. Dessa forma, mostra-se candidato natural para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas quando da reforma desta instituição.



## Nossa política externa na contracorrente?

Hugo Arend\*

Já se tornou rotina. Toda vez que o Presidente da República ou seus representantes viajam ao exterior ou quando algum líder mundial ou seus representantes são aqui recebidos, o tema da entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU (CSNU) está sempre presente. Líderes e representantes de vários estados já se posicionaram a favor ou concordaram com a importância do Brasil no cenário internacional. Isto faz parte do protocolo diplomático.

No entanto, a entrada do Brasil no CSNU traz consigo enormes questões que vão desde os enormes gastos necessários para manter uma posição tão proeminente no cenário internacional até nossa própria imagem no exterior.

Quanto à questão econômica, é evidente que temos problemas maiores e que necessitam de soluções mais urgentes do que nossa afirmação internacional. Não desmerecendo nossa participação no cenário mundial (como as recentes missões no Timor Leste e no Haiti), fica claro que teríamos de investir somas astronômicas no aparelhamento de nossas sucateadas forças armadas. Os fenomenais gastos que envolvem a manutenção e compra de equipamentos militares são motivos suficientes para repensarmos nossa pretensão ao CSNU. Um país que estremece numa avalanche de críticas a respeito da compra de um único avião presidencial tem evidentemente ameaçadas suas pretensões de ter parte ativa em conflitos internacionais.

No entanto, preocupo-me – como cidadão – com a imagem do Brasil no cenário internacional. É sabido e notório que nossa imagem é bastante positiva pelo mundo afora. Quem faz viagens internacionais já deve ter tido a prazerosa experiência de ver pessoas sorrindo quando ficam sabendo de onde viemos. O Brasil é alegria e beleza. É positividade. Esta imagem

facilita tanto a boa receptividade de turistas quanto a de nossos produtos. A entrada do Brasil ao CSNU pode mudar drasticamente o modo como o mundo nos vê. Como isto aconteceria?

Imaginem, primeiramente, que o CSNU seja de fato ampliado e que o Brasil consiga sua tão sonhada vaga como membro permanente. Neste órgão são debatidas questões que envolvem a manutenção da paz e da ordem internacionais. Muitas vezes, estas questões também envolvem a manutenção de ditaduras, a vista grossa ao respeito aos direitos humanos, a recusa em ajudar um povo faminto, enfim, é no CSNU que a política internacional acontece em sua versão mais cínica e oligárquica. No Conselho de Segurança acontece a materialização das relações de poder da cena internacional.

Exemplos do cinismo da política internacional são facilmente encontrados, inclusive por parte dos competentes e sérios funcionários de nossa própria política externa. Verdade seja dita: a política externa brasileira está em boas mãos. O Itamaraty é, sem dúvida, nosso Ministério mais coerente e confiável. No entanto, ultimamente, temos visto nossa boa tradição de política externa ser desvirtuada em nome da pretensão à vaga no CSNU.

Em viagem recente do Presidente Lula ao Sudão, prometemos não apoiar a abertura de processo no Tribunal Penal Internacional contra o governo sudanês quanto a massacres e perseguições políticas perpetrados durante a guerra civil naquele país. O que estava em jogo era o evidente apoio do Sudão a nosso desejado assento.

Este tipo de pragmatismo grotesco terá de ser mais freqüentemente repetido pelo Brasil. Se conseguirmos fazer parte do CSNU – mesmo que com uma humilde e até contraditória cadeira como

\* Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS (hugoarend@yahoo.com)

membro permanente, mas sem direito a veto – não teremos que, em dadas circunstâncias e por motivos de manutenção de interesses que só a alta política compreende, aprovar resoluções duvidosas aos olhos da opinião pública mundial? Mesmo se tivéssemos a força de optar por uma política internacional séria e comprometida com questões humanitárias e democráticas, seria proveitoso para nossas relações com os peixes-grandes do cenário mundial ter de dizer cada vez mais “não” a seus interesses?

Nossa imagem no cenário internacional será, aos poucos, mas decisivamente, afetada por alguns posicionamentos bizarros que teremos que eventualmente adotar, ao mesmo tempo em que poderíamos ferir relações comerciais e políticas com os grandes do cenário internacional. Nossa política externa estaria nadando contra a corrente da história. Contra a corrente dos valores positivos da democracia e da harmonia internacional.

Ao invés de investir tempo e dinheiro – muito dinheiro! – no ingresso a um órgão oligárquico e internacionalmente visto com suspeitas, o Brasil poderia iniciar uma campanha internacional para a extinção ou para uma séria e decisiva democratização do CSNU. Muitos países – principalmente os da chamada periferia – não suportam, com razão, as corruptas e desumanas medidas adotadas por seus membros.

Esta seria uma campanha difícil e árdua. Mesmo assim, não nos esqueçamos que vivemos num mundo em que imagem é poder. O *soft power* a que se refere Joseph Nye deve ser exercido por toda nação que almeje respeito e liderança internacionais. O Brasil permaneceria com a imagem positiva que já nutre na comunidade internacional, ao mesmo tempo em que navegaria na corrente da história, apostando na solidificação e no cumprimento dos direitos humanos e da democracia, bases mais sólidas e seguras para a garantia da paz e da harmonia internacionais.



## Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

## Resenha

# Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento\*

Paulo Roberto de Almeida\*\*

O título do livro, em português, é impreciso: trata-se de um Prometeu *unbound*, isto é liberado, não *unchained*. Isso não muda o valor da segunda edição deste clássico, agora com novo prefácio e epílogo; no resto, o livro permanece igual ao texto de 1969, originalmente um ensaio da *Cambridge Economic History* (1965). David Landes, emérito de Harvard, já tinha feito um complemento a Adam Smith, em *A riqueza e a pobreza das nações* (Campus, 1998), superbo nos desenvolvimentos globais, mas falho no que toca à América Latina e ao Brasil, vistos pela ótica enviesada da (“esqueçam-o-que-escrevi”) teoria da dependência de FHC.

O titã liberado refere-se ao sistema fabril: seu aparecimento, na Inglaterra, chocou Marx, que condenou a vil exploração do proletariado. Ele ainda não tinha visto nada, pois a China, até ali a maior economia, modorrava na imobilidade industrial, só voltando a praticar a abjeta exploração mais de dois séculos depois. Hoje, as fábricas chinesas não se distinguem, pelas condições de trabalho, das manufaturas de Manchester do século XIX, mas as marcas são ocidentais. A história é europeia, mas esse Prometeu desajeitado que é a grande indústria leva seus grilhões ao mundo, o que desespera os antiglobalizadores, mas encantaria Marx, que confiava no papel revolucionário do capitalismo para destruir as “muralhas da China”, o despotismo asiático e os reinos bárbaros do Oriente.

A China, a Índia e as nações islâmicas fracassadas do Oriente Médio constituem, precisamente, o objeto

do epílogo, a única parte verdadeiramente nova do livro. Landes argumenta que a globalização “não é uma causa, nem uma ideologia. É simplesmente a procura de riqueza” (p. 600). A civilização industrial do Ocidente foi a mais formidável máquina de criação de riquezas da história, ao associar possibilidades tecnológicas com o faro pelos negócios de homens liberados das restrições do mercantilismo. Por que esse processo revolucionário não conseguiu ainda romper os grilhões do subdesenvolvimento no resto do planeta? É que empréstimos, ensinamentos, presentes podem até ajudar, mas de nada adianta se o movimento não for conduzido a partir de dentro.

Landes demonstra como as condições tecnológicas e institucionais foram reunidas na Europa ocidental e continuam a distinguir o Ocidente desenvolvido, ainda que países do Oriente – como o Japão, a Coreia e, agora, a China – lhe tenham seguido os passos. Esses bons alunos da escola europeia, a começar pelos Estados Unidos, copiaram as boas técnicas europeias, não necessariamente as instituições e as políticas econômicas. Landes diz que não é relevante que os “orientais” não tenham seguido a via do liberalismo e sim que eles tenham integrado suas economias aos mercados globais, algo que os pregadores de uma industrialização *à la* List dificilmente reconhecem.

O cerne do livro não é uma discussão das *economic policies* dos “copiadores” e sim um fascinante *racconto storico* dos desenvolvimentos tecnológicos que permearam a industrialização

\* LANDES, DAVID S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje* (2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005, 628 p.)

\*\* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais (pralmeida@mac.com). As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.



européia. São seis capítulos, com poucas seções internas e relativamente poucas estatísticas, mas muitos dados qualitativos e análises sobre o estado das técnicas em cada fase. Uma introdução metodológica visa explicar por que a revolução industrial ocorreu na Europa, e não em outros lugares, e coloca a questão – que será seguida ao longo do livro – de por que as mudanças ocorreram em épocas e locais determinados da Europa, isto é, como o padrão de desenvolvimento diferiu de uma nação para outra (nesse sentido, a Europa é um grande laboratório, por ter nações ricas e pobres, países grandes e pequenos, todas as formas de governo e um rico mosaico de tradições culturais).

Desde a Revolução Industrial inglesa, seguida de sua disseminação no resto do continente, até o

período do entre-guerras e a reconstrução subsequente, Landes retraça as indústrias mais relevantes do ponto de vista tecnológico: têxteis, metalurgia, química e maquinaria, com a mineração de carvão apenas pelo seu papel energético. Todas elas são situadas no contexto da organização industrial, isto é, a coordenação dos fatores de produção e o manejo dos produtos manufaturados. O resultado é um painel fascinante das raízes da “hegemonia” ocidental, não em virtude de uma história colonialista e opressora, e sim pela sua capacidade de mobilizar e transformar as forças da natureza, liberando o Prometeu desengonçado do capitalismo industrial dos velhos grilhões da miséria educacional e da secular opressão da pobreza material.



## *Meridiano 47*

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

**Editor:** Antônio Carlos Lessa

**Editor-adjunto:** Virgílio Arraes

**Editor-assistente:** Rogério de Souza Farias

**Conselho Editorial:**

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

**Projeto Gráfico:** Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br